

## ÍNDICE

|                                                                                        |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. DEVERES FUNDAMENTAIS DOS ADMINISTRADORES</b>                                     | <b>7</b>  |
| 1.1. Artigo 64.º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais                            | 7         |
| 1.2. As Fontes dos Deveres Fundamentais dos Administradores Societários                | 12        |
| 1.3. A Natureza e a Amplitude dos Deveres Fundamentais dos Administradores Societários | 17        |
| 1.4. O Dever de Boa-Fé: Autonomia ou Integração nos Deveres Tradicionais?              | 19        |
| <b>2. ANÁLISE AOS DEVERES DOS ADMINISTRADORES</b>                                      | <b>21</b> |
| 2.1. O Dever de Cuidado                                                                | 21        |
| 2.1.1. Sub-Modalidades do Dever de Cuidado                                             | 25        |
| 2.1.1.1. O Dever de Disponibilidade                                                    | 26        |
| 2.1.1.2. O Dever de Vigilância e Investigação                                          | 27        |
| 2.1.1.3. O Dever de Preparar Adequadamente o Processo Decisório                        | 29        |
| 2.1.1.4. O Dever de Tomar Decisões Razoáveis                                           | 30        |
| 2.2. O Dever de Lealdade                                                               | 30        |
| 2.2.1. A Incidência do Dever de Lealdade – Panorama Extra-Societário                   | 33        |
| 2.2.2. A Natureza Fiduciária do Dever de Lealdade                                      | 35        |
| 2.2.3. Eventuais Dificuldades de Interpretação no Âmbito do Dever de Lealdade          | 37        |
| 2.2.4. A Divisão do Dever de Lealdade                                                  | 41        |
| 2.2.4.1. Negócios Celebrados com a Sociedade                                           | 41        |

|                                                                                                         |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 2.2.4.2. Dever de Não Concorrência                                                                      | 42 |
| 2.2.4.3. Dever de Não Apropriação de Oportunidades de Negócio da Sociedade                              | 42 |
| 2.2.4.4. A Aplicabilidade do Critério do Gestor Criterioso e Ordenado                                   | 44 |
| <b>3. O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES SOCIETÁRIA – OS SEUS EFEITOS JURÍDICOS</b>                       | 49 |
| 3.1. Razão de Ser                                                                                       | 49 |
| 3.2. A Importância da Inovação e do Risco na Tomada de Decisão                                          | 50 |
| 3.3. O Modelo de Herbert Simon                                                                          | 51 |
| 3.4. A Importância da Informação e da Reflexão no Processo Decisório                                    | 52 |
| 3.4.1. A Fundamentação do Dever de Tomar Decisões Razoáveis                                             | 52 |
| 3.4.2. O Conteúdo Normativo do Dever de Tomar Decisões Razoáveis                                        | 53 |
| 3.4.3. A Discrecionabilidade Empresarial e os Limites da Responsabilidade dos Administradores           | 54 |
| 3.4.4. O Entendimento da Jurisprudência Relativamente à Razoabilidade                                   | 56 |
| 3.4.5. A Indissociável Relação Entre a Competência Técnica e a Qualidade das Decisões                   | 57 |
| 3.5. Dever de Cuidado Razoável ( <i>Duty of Reasonable Decisions</i> ) – A Pedra Angular da Boa Decisão | 57 |
| 3.5.1. Razoabilidade Objetiva                                                                           | 58 |
| 3.5.2. Razoabilidade Organizacional                                                                     | 59 |
| 3.5.3. Razoabilidade Económica                                                                          | 59 |
| 3.5.4. O Dever de Cuidado Razoável e a <i>Business Judgment Rule</i>                                    | 60 |
| 3.5.5. Distinção Entre Razoabilidade e Racionalidade                                                    | 62 |
| 3.5.6. A Relação Indissociável entre a Razoabilidade e a Boa-Fé                                         | 65 |
| <b>4. A RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES SOCIETÁRIOS</b>                                            | 67 |
| 4.1. Notas Introdutórias                                                                                | 67 |
| 4.2. A Responsabilidade Civil dos Administradores                                                       | 69 |

|                                                                                                            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.3. A Natureza da Responsabilidade Civil dos Administradores                                              |     |
| Perante a Sociedade                                                                                        | 71  |
| 4.3.1. Enquadramento Teórico                                                                               | 71  |
| 4.3.2. O Facto Típico                                                                                      | 74  |
| 4.3.3. A Illicitude                                                                                        | 74  |
| 4.3.4. A Culpa                                                                                             | 76  |
| 4.3.5. O Dano e o Nexo de Causalidade                                                                      | 81  |
| <b>5. A <i>BUSINESS JUDGMENT RULE</i> NO ORDENAMENTO JURÍDICO PORTUGUÊS</b>                                | 87  |
| 5.1. O Surgimento da <i>Business Judgment Rule</i> e a sua Afirmação no Direito Societário                 | 87  |
| 5.2. Enquadramento Normativo                                                                               | 103 |
| 5.3. Eventuais Dificuldades de Interpretação                                                               | 109 |
| 5.4. Notas de Direito Comparado                                                                            | 111 |
| 5.4.1. Direito Norte-Americano                                                                             | 111 |
| 5.4.2. Direito Italiano                                                                                    | 113 |
| 5.4.3. Direito Alemão                                                                                      | 114 |
| 5.4.4. Direito Espanhol                                                                                    | 115 |
| 5.4.5. Direito Brasileiro                                                                                  | 116 |
| 5.4.6. Direito Japonês                                                                                     | 118 |
| 5.4.7. Direito Português                                                                                   | 120 |
| 5.4.7.1. Notas Introdutórias                                                                               | 120 |
| 5.4.7.2. O Escopo da <i>Business Judgment Rule</i>                                                         | 122 |
| 5.4.7.3. O Fim da <i>Business Judgment Rule</i>                                                            | 124 |
| 5.4.7.4. Articulação da <i>Business Judgment Rule</i> com os Deveres Gerais de Cuidado dos Administradores | 126 |
| 5.4.7.5. A Aplicação da <i>Business Judgment Rule</i> ao Regime da Responsabilidade Civil                  | 129 |
| 5.4.7.6. Pressupostos de Aplicação da <i>Business Judgment Rule</i>                                        | 129 |
| 5.4.7.6.1. A Necessidade de uma Decisão Empresarial                                                        | 130 |
| 5.4.7.6.2. A Atuação com Base em Informação Adequada                                                       | 130 |
| 5.4.7.6.3. A Isenção de Interesse Pessoal                                                                  | 131 |

|                                                                                        |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.4.7.6.4. A Conformidade com Critérios<br>de Racionalidade Empresarial                | 132 |
| 5.4.7.7. A Necessidade da Verificação Cumulativa<br>dos Requisitos                     | 135 |
| 5.4.7.8. Avaliação do Mérito das Decisões<br>Empresariais                              | 139 |
| 5.4.7.9. A <i>Business Judgment Rule</i> como Causa<br>de Exclusão da Responsabilidade | 143 |
| <b>Bibliografia</b>                                                                    | 147 |